



NAÇÕES UNIDAS
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



2021
**RELATÓRIO ANUAL DE RESULTADOS
DAS NAÇÕES UNIDAS**
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE





**RELATÓRIO ANUAL
DE RESULTADOS DAS
NAÇÕES UNIDAS 2021
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**



ÍNDICE

PREÂMBULO	7
AS NAÇÕES UNIDAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	8
ESTATÍSTICAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	11
<hr/>	
<i>CAPÍTULO 1: Contexto Socio-económico, político e tendências de desenvolvimento</i>	13
<i>CAPÍTULO 2: Principais realizações do Sistema das Nações Unidas em 2021</i>	17
2.1 - O Quadro da cooperação	17
2.2 - Coesão Social	20
2.3 - Boa Governação	26
2.4 - Crescimento económico e resiliência	29
2.5 - Lições aprendidas	33
<i>CAPÍTULO 3: Trabalho conjunto de apoio à realização e alcance dos ODS</i>	34
<i>CAPÍTULO 4: Panorama financeiro</i>	36
<i>CAPÍTULO 5: Perspectivas das actividades da ONU em 2022</i>	38
<hr/>	
LISTA DE ACRÓNIMOS	40



PREÂMBULO

Em nome das Nações Unidas São Tomé e Príncipe, tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual 2021, que destaca os principais resultados da ONU durante o ano 2021, que foi marcado pelo impacto socioeconómico da pandemia da Covid-19.

Devido aos desafios do impacto multidimensional do Coronavírus, as actividades da ONU foram ampliadas para apoiar o sistema de saúde, os empresários mais afectados pela COVID e o sistema de protecção social para cobrir os mais vulneráveis. Gostaria de agradecer aos parceiros de desenvolvimento que nos apoiaram durante este período pós-COVID, a fim de preservar os ganhos de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Apesar do impacto socioeconómico do Covid, o país tem continuado o seu caminho para alcançar dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O país está também a caminho de passar do estatuto de País de Baixo Desenvolvimento para um país de rendimento médio, uma vez que as suas realizações em matéria de desenvolvimento merecem ser destacadas. Para tal, irá apresentar o seu primeiro Relatório Nacional Voluntário sobre os progressos na realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável a partir de 2015, data da adopção da Agenda de 2030, até 2021, ao Fórum Político de Alto Nível do ECOSOC da ONU, em Julho de 2022.

O relatório anual 2021 da Rede de Desenvolvimento Sustentável credita São Tomé e Príncipe com uma pontuação de 58,8 em 100 na realização dos 17 ODS, que classifica o país em 124º lugar entre os 165 países que foram avaliados.

Sinto-me honrado por ter sido nomeado para o cargo de Coordenador Residente das Nações Unidas, em representação do Secretário-Geral da ONU em São Tomé e Príncipe, e por ter a oportunidade de servir este belo país. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao Governo de São Tomé e Príncipe pela confiança no sistema das Nações Unidas. Espero que a actual cooperação com as agências, fundos e programas da ONU seja ainda mais consolidada. Este relatório reflecte a visão do Secretário-Geral de um sistema da ONU mais transparente e responsável a nível nacional, centrado em resultados concretos para a realização da Agenda 2030, para uma sociedade mais sustentável e igualitária, que não deixa ninguém para trás e coloca a solidariedade com os mais vulneráveis no centro das suas acções.



Eric Overvest
Coordenador Residente das Nações Unidas
São Tomé e Príncipe

AS NAÇÕES UNIDAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A Casa das Nações Unidas, foi inaugurada em 1995, acolhe todas as agências da ONU, à excepção da FAO. Contudo, a FAO está em vias de se mudar em 2022 para a Casa das Nações Unidas. O edifício abriga também o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. A Equipa do País das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe está representada por 14 agências, embora algumas tenham o seu escritório principal nos países vizinhos. As principais agências residentes incluem, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O escritório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em São Tomé é supervisionado pelo Representante com sede em Libreville Gabão. O escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em São Tomé é supervisionado pelo Representante sediado em Yaoundé Camarões. O escritório da UN-Habitat em São Tomé é supervisionado pelo escritório regional em Nairobi.

Várias agências não residentes prestam apoio a São Tomé e Príncipe, tais como o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização de Desenvolvimento Industrial (UNIDO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), todas as cinco sediadas em Yaoundé Camarões. O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) fornece apoio a São Tomé e Príncipe a partir do seu escritório no Senegal.

A equipa da ONU no país é composta por cerca de 100 membros para apoiar as operações da ONU, dos quais cerca de 12 % são pessoal é internacional.

Entre o pessoal da ONU, o Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) apoia igualmente o país com 15 voluntários da ONU (seis mulheres e nove homens) em três agências da ONU (PNUD, OMS e UNICEF). O UNV tem promovido o voluntariado para o desenvolvimento e tem sido um mecanismo importante para reforçar a inclusão dos jovens na programação da ONU.

O Coordenador Residente da ONU actua como líder global das agências que operam no país, apoiado pelo seu gabinete (RCO), e ligado ao Secretariado, reportando ao Secretário-Geral da ONU. A equipa da ONU está empenhada em apoiar o Governo de São Tomé e Príncipe na realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.





ESTATÍSTICAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

População



201,874

61% da população tem menos de **25** anos de idade
Idade média da população é de **18.6** anos

Fonte: INE (Censo 2012 e projeções)

Inflação e Crescimento



9,5% em

PIB real 2021 (Em milhões de dólares) - **478.2**

PIB Per capita (Em Dólares) - **2,144**

Fonte: INE 2022, estimativas do FMI 2021

Pobreza



66,7%

População, vive com US\$ 1,90 por dia : **25,9%**

Extrema pobreza: **47%**

Fonte: IOF (2017)

Desemprego



8.90%

Fonte: IOF (2017)

Taxa de Mortalidade



22.4 Taxa de mortalidade, bebê por 1.000 nados-vivos

130 Mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)

Fonte: MICS 2019, IOF (2017)

Water, Sanitation and Hygiene



44,7% População que utiliza instalações sanitárias melhoradas

97,5% Uso doméstico de fontes de água potável melhoradas

Fonte: MICS 2019

Educação



92,8% Taxa de alfabetização, adulto (% com 15 anos ou mais)

Anos previstos de escolaridade **12.7**

Anos previstos de escolaridade, feminino (anos) **12.8**, masculino (anos) **12.6**

População com pelo menos algum ensino secundário (% com 25 anos ou mais) **40.8**
(Feminino **31.5**, Masculino **45.8**)

Taxa de abandono escolar primário (% da coorte do ensino primário) **7.3**

Fonte: HDR 2019 e MICS 2019

Segurança Alimentar



10%

da população é insegura do ponto de vista alimentar

Fonte: IOF (2017)

Nutrição



4,5% das crianças com menos de 5 anos são subnutridas (excesso de peso)

11,7% das crianças com menos de 5 anos são subnutridas

Source: MICS 2019

Esperança de vida à nascença



70.4%

Esperança de vida à nascença, feminina (anos) **72.8**

Esperança de vida à nascença, masculina (anos) **68**

Fonte: HDR (2019)

Violência Sexual e Baseada no Género (VSBG)



13.2% Mulheres (15-49) que em algum momento da sua vida terão sido vítimas de violência física

3.6% Mulheres (15-49) que sofreram violência nos últimos 12 meses

Fonte: MICS 2019

A mulher na política



12%

dos membros do parlamento são mulheres

Fonte: Eleições parlamentares de 2018



CAPÍTULO 1: Contexto socioeconómico, político e tendências de Desenvolvimento

Contexto Social



Os indicadores sociais em São Tomé e Príncipe mostraram uma melhoria contínua ao longo do último ano. Em 2019, a taxa líquida de frequência ajustada para o ensino básico foi de 90%, para o ensino secundário do 1º ciclo foi de 55% e para o ensino secundário do 2º ciclo foi de 30%. Em 2020, cerca de 85% da população tinha acesso a fontes de água melhoradas e 62,5% acesso ao saneamento básico. Cerca de 83% da população tinha acesso à electricidade em 2019, mas o país enfrenta sérios desafios no fornecimento regular de energia. A importação de combustível para gerar electricidade é um dos principais factores que contribuem para o aumento da dívida externa. Por isso, o país está empenhado na transição para uma energia limpa e uma maior eficiência energética.

Em termos de protecção social, o sistema foi recentemente reforçado com um aumento dos beneficiários, principalmente devido à pandemia da COVID. Antes da COVID, apenas cerca de 7% dos agregados familiares satisfaziam os critérios de vulnerabilidade e recebiam transferências ou prestações sociais, como evidenciado pelos dados do mais recente inquérito aos agregados familiares MICS em 2019), enquanto cerca de 43% dos trabalhadores estavam incluídos no sistema de segurança social, de acordo com os dados do

sistema de segurança social, de acordo com dados do Instituto Nacional de Segurança Social INSS. O orçamento para a segurança social e assistência aumentou de 0,13% do PIB em 2019, para 1,52% do PIB em 2020, em resposta à pandemia da COVID.

O Registo Social recentemente implementado registou cerca de 21 000 agregados familiares vulneráveis em 2021, enquanto 3 distritos restantes ainda não concluíram a avaliação da vulnerabilidade. Em 2020, cerca de 16.314 agregados familiares beneficiaram do sistema de protecção social (dados do INSS). Cerca de 33% do orçamento do Estado de 2022 é atribuído aos sectores da educação, saúde e segurança e assistência social (17,0%, 12,9% e 3,1%, respectivamente).

O Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) é o principal programa de rede de segurança alimentar em São Tomé e Príncipe, beneficiando mais de 50.000 mil crianças (aproximadamente 25% da população) com idades compreendidas entre os 3-14 anos. O PNASE desempenha um papel essencial para garantir a segurança alimentar e nutricional das crianças em idade escolar, especialmente as mais vulneráveis, e melhorar as taxas nacionais de matrícula e retenção escolar.



Política e Instituições

Politicamente, 2021 foi marcado pela organização das eleições presidenciais com a participação de um número historicamente elevado de candidatos (19 no total), o que resultou na eleição de Carlos Manuel Vila Nova para um mandato de cinco anos que se estende de 2021 a 2026. O processo eleitoral foi decidido na segunda volta e o Presidente eleito alcançou 57,6% dos votos expressos. A tomada de posse do novo Presidente teve lugar a 2 de Outubro.

As próximas eleições legislativas e locais de 2022 serão mais um marco na consolidação da jovem democracia, que tem sido um modelo para muitos países africanos, e que tem demonstrado uma alternância frequente de partidos políticos.

Antecedentes económicos

Em 2021, as autoridades santomenses continuaram os seus esforços para preservar a estabilidade macroeconómica num contexto em que os efeitos dos choques associados à crise sanitária e económica, causados pela pandemia da COVID, continuaram a persistir. A inflação acumulada manteve-se moderada, em 9,5%, em linha com a observada nos últimos anos. No entanto, o crescimento económico abrandou (as estimativas do FMI colocam o crescimento real do PIB

em 2,1% em 2021 em comparação com 3% em 2020), principalmente devido ao menor afluxo de recursos para financiar a economia e ao atraso no restabelecimento e recuperação total do sector do turismo dos efeitos da crise pandémica, que representa cerca de 3% do PIB.

As perspectivas macroeconómicas para 2022 estão rodeadas de incertezas e pressões para aumentar os níveis de preços, devido ao aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares no mercado internacional, reflectindo os impactos adversos da guerra na Ucrânia e os seus choques causados na cadeia de valor global do abastecimento alimentar. São Tomé e Príncipe é um grande importador de produtos alimentares, e os aumentos de preços terão repercussões importantes no poder de compra. São Tomé e Príncipe tem uma das maiores percentagens de produtos alimentares nas despesas domésticas em África, medida pelo cabaz do Índice de Preços ao Consumidor.

Um factor desconhecido que pode ter um impacto profundo no futuro do país é a exploração petrolífera, que não tem tido sucesso desde que foram feitos os primeiros anúncios da existência de petróleo. As esperanças são grandes para a perfuração ultra profunda na zona económica exclusiva de São Tomé e Príncipe durante o primeiro semestre de 2022, a fim de avaliar a existência de recursos petrolíferos em quantidades comercialmente viáveis. Resultados de perfuração bem sucedidos podem ter um enorme impacto nas perspectivas de realização das ODS.



Alterações Climáticas e Impactos

O ano 2021 foi também marcado por fortes chuvas e inundações que tiveram lugar a 28 e 29 de Dezembro, causando graves danos em algumas das infra-estruturas, principalmente no norte da ilha de São Tomé e afectando as condições de vida das populações já vulneráveis nas zonas costeiras, bem como o efeito directo sobre a saúde dos Santomenses, especialmente as doenças transmitidas pela água e por vectores. O impacto adverso das inundações devido à erosão, inundações e salinização das zonas costeiras devido à subida do nível do mar, reflecte as enormes vulnerabilidades das ilhas no que diz respeito às alterações climáticas e, portanto, a necessidade de uma maior resiliência. A maior parte da população vive em zonas costeiras.

As características físicas das ilhas, um modelo económico não diversificado com uma forte componente de agricultura de subsistência e pescas, colocam desafios para o desenvolvimento sustentável do país no contexto das alterações climáticas.

Financiamento para o desenvolvimento

A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável requer um aumento substancial do investimento e das várias fontes de financiamento para os ODS. O panorama financeiro de São Tomé e Príncipe é dominado pelo financiamento público e o influxo de recursos externos (a APD foi de 12,3% do PNB em 2020, enquanto o IDE ascendeu a 9,96% do PIB, contra 1,9% do PIB para o crédito bancário). As remessas da diáspora permaneceram baixas (1,82% do PIB em 2020).

Apenas 48,9% do orçamento do Estado é financiado através de recursos internos e 51,1% através de subvenções e empréstimos. Cerca de 95% do orçamento do investimento público está a ser financiado com recursos externos, contra 5% de recursos gerados internamente.



CAPÍTULO 2: Principais realizações do Sistema das Nações Unidas em 2021

2.1 - Quadro de Cooperação

A Cooperação com o Governo de São Tomé e Príncipe baseia-se na Agenda 2030 e nos 17 ODSs, o que coloca o povo abandonado ou em risco de ser deixado para trás no centro da acção da ONU. O impacto das intervenções da ONU é assim medido pelos resultados alcançados em benefício de grupos específicos da população que se encontram numa situação vulnerável, quer devido à desigualdade ou discriminação e que dependem desproporcionadamente de serviços públicos básicos, mecanismos de protecção social e redes informais de apoio, que foram perturbados pela pandemia da COVID-19.

Os dados disponíveis mostram que estes grupos têm um nível mais elevado de desemprego e subemprego e estão desproporcionadamente representados em empregos informais inseguros e arriscados. Além disso, têm uma participação limitada na arena política e estão expostos a choques económicos, ambientais e climáticos.

O Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) 2017-2021 foi alargado até 2022 devido à COVID e foi alinhado com as prioridades nacionais de desenvolvimento, tal como expressas na Agenda Nacional de Transformação 2030 e no Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021. O UNDAF concentra-se nos resultados em torno de três áreas prioritárias estratégicas, nomeadamente:

Coesão Social, através do Resultado 1:

As disparidades e desigualdades são reduzidas a todos os níveis através da participação efectiva dos grupos vulneráveis e priorizados, e do desenvolvimento e utilização por estes grupos de serviços de protecção e serviços sociais básicos;

Boa Governação, através do Resultado 2:

Maior eficiência da administração pública central e local e das instituições de supervisão, com garantia de participação cidadã, especialmente para jovens e mulheres;

Crescimento Económico, através do Resultado 3:

Emprego e competitividade são assegurados através da diversificação económica, do desenvolvimento da resistência às alterações climáticas, o que melhora a qualidade de vida das populações pobres e vulneráveis nas zonas rurais e urbanas, bem como o acesso à assistência financeira e o acesso ao mercado para jovens e mulheres.

As principais realizações do sistema da ONU nestas áreas prioritárias em 2021, estão listadas nas secções seguintes.







2.2 - Coesão Social

Durante 2021, São Tomé e Príncipe enfrentou duas vagas da pandemia da COVID. A ONU apoiou o país a abordar e controlar estas vagas no início do primeiro trimestre e entre o terceiro e quarto trimestre, incluindo a aquisição de equipamento, máquinas de laboratório, testes, reagentes, bem como equipamento de protecção pessoal. A ONU também apoiou o país na sua abordagem para avançar para uma resposta à COVID a mais longo prazo, promovendo a prevenção através da saúde pública e medidas sociais, bem como a vacinação e abordando o impacto socioeconómico, através do reforço do sistema de protecção social para proteger os mais vulneráveis, a adaptação do sistema educativo às realidades da COVID e o reforço da governação do sistema de saúde.

Para este efeito, as agências da ONU (UNICEF OMS UNFPA PNUD e PAM) apoiaram o Ministério da Saúde com aconselhamento político integrado ligando a saúde, educação e necessidades económicas da população durante a COVID. O sistema da ONU apoiou o desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação de Vacinas da COVID, incluindo o reforço da cadeia de frio e operações de vacinação, no âmbito da iniciativa COVAX, em parceria com a Aliança GAVI e o Banco Mundial. Foi implementado um programa de capacitação para a gestão e manutenção do armazenamento da cadeia de frio e da segurança das novas vacinas, bem como a transferência de conhecimentos.

No início de 2022, a taxa de vacinação total registou perto de 40% da população adulta, e São Tomé e Príncipe figura entre os 10 principais países de África em termos de taxa de vacinação para a COVID.

A ONU prestou apoio ao Governo na recolha, análise e divulgação de informações de rotina sobre saúde e protecção infantil para fins de planeamento. O novo Registo Social, abrangendo uma abordagem holística das vulnerabilidades socio-económicas, constituiu também um marco importante que melhorou a informação socio-económica de indivíduos e famílias vulneráveis, permitindo uma melhor determinação da elegibilidade potencial para programas sociais, e para um melhor planeamento, orçamentação e implementação de políticas. A ONU apoiou o Ministério da Saúde a acrescentar novos indicadores para monitorizar doenças não transmissíveis, bem como o acesso e a cobertura dos serviços de saúde estão a ser acrescentados no sistema único de informação sanitária (DHIS2), que também foi reforçado para monitorizar as tendências epidemiológicas da COVID e a cobertura da vacina COVID.

A fim de apoiar a revisão da governação do sector da saúde, a ONU avaliou os progressos de São Tomé e Príncipe no sentido da Cobertura Universal da Saúde e definir um roteiro para acelerar o progresso do sistema de saúde, resultando em



recomendações (i) de uma doença a serviços de saúde integrados centrados na pessoa, abrangendo todo o espectro dos cuidados; (ii) revitalização dos cuidados de saúde primários e racionalização da utilização do hospital; (iii) reforma do actual sistema de gratuidade dos serviços de saúde, assegurando simultaneamente o acesso efectivo aos mais vulneráveis e (iv) a necessidade de um planeamento baseado em provas e (v) a urgência de controlar o aumento das doenças não transmissíveis que constituem hoje mais de 60% de todas as mortes no país.

Como resultado dos esforços de defesa da ONU, foram feitos progressos significativos no sentido da independência das vacinas e São Tomé e Príncipe cumpriu os compromissos de co-financiamento. A cobertura vacinal da vacina "6 em 1" DTP-Hib-Heb3 em crianças menores de 23 meses foi de 96%. Pela primeira vez, a vacina HPV foi introduzida com o apoio da ONU, o que permitiu vacinar todas as raparigas de 10 a 12 anos. Relativamente ao Planeamento Familiar, a ONU apoiou 38 instalações de saúde com contraceptivos, materiais promocionais, e prestadores de serviços de formação para oferecer serviços de planeamento familiar, incluindo métodos contraceptivos de acção prolongada. A ONU também forneceu aos centros de saúde medicamentos essenciais, principalmente antibióticos, ORS, zinco e ácido fólico, para assegurar a continuidade dos serviços de cuidados de saúde materna, neonatal e infantil. Graças a este esforço, o número de crianças com pneumonia tratadas com antibióticos aumentou de 1 290 (2020) para 1 635 (2021).

A implementação da estratégia de Prevenção da Transmissão Materno-infantil do VIH/SIDA sob novas directrizes actualizadas produziu resultados muito satisfatórios na redução da transmissão vertical. Actualmente o país tem um desempenho notável, cumprindo o objectivo ambicioso de 0 transmissão vertical em 2021, o que posiciona o país favoravelmente para alcançar a eliminação da transmissão vertical de mãe para filho até 2025.

As intervenções no WASH, apoiadas pela ONU, concentraram-se principalmente na promoção do fim da defecação aberta através da abordagem de saneamento total liderada pela comunidade (CLTS), que adapta a comunicação ao contexto social e cultural e permite intervir mais eficazmente para o acesso e a aceitabilidade dos serviços sociais

básicos.

A comunicação através da rádio comunitária é estratégica para atingir as populações rurais, assim como a comunicação nas línguas locais têm sido privilegiadas. A ONU apoiou o Ministério da Saúde na avaliação da água e saneamento em 40 instalações de saúde, incluindo o hospital de Ayres de Menezes, seguindo a ferramenta WASH/FIT/OMS desenvolvida para este fim.

A pedido do parlamento, as Nações Unidas ajudaram o país a desenvolver uma lei para reduzir o consumo nocivo de álcool e as suas consequências. A ONU também apoiou o Governo no desenvolvimento da estratégia nacional para o controlo do tabaco.

Além disso, em 2021, foi dado apoio à validação do MICS6 através de seminários nacionais dando ênfase aos dados relacionados com crianças numa perspectiva de equidade. O desenvolvimento da Avaliação de Impacto Socioeconómico da ONU e do Plano de Resposta Socioeconómica à COVID, que foi oficialmente aprovado pelo Governo como o plano de resposta nacional à pandemia, proporcionou um caminho claro para responder às necessidades identificadas através do estabelecimento de um sistema de protecção social reactivo e expansível.

Em termos de educação, a ONU apoiou o Ministério da Educação para assegurar a continuidade do processo de ensino-aprendizagem e o regresso seguro das crianças à escola. A ONU adquiriu e distribuiu 995 rádios solares entre famílias vulneráveis para lhes permitir frequentar as 95 aulas das escolas de televisão e rádio concebidas para este efeito. A intensa defesa da ONU junto do Ministério da Educação (incluindo sindicatos de professores) e do Ministério da Saúde contribuiu para assegurar um regresso seguro à escola, através da vacinação dos professores e outros funcionários da escola (10% com a primeira dose e 50% totalmente imunizados), a instalação de pontos de lavagem das mãos em 93 escolas que beneficiam 25.439 crianças e a formação de 321 educadores em medidas de prevenção.

A ONU também apoiou reformas políticas tais como o quadro pré-escolar descentralizado e a lei-quadro para o ensino especial.



Principais resultados na Coesão Social

- 39,7 % da população vacinada com duas doses de COVID e 60% com a primeira dose, no final de Dezembro de 2021;
- 1 378 trabalhadores de saúde e parceiros receberam diferentes formações para promover a saúde e 123 agentes de saúde comunitários receberam formação relacionada com vacinação COVID, vigilância da gripe, diagnósticos laboratoriais e comunicação de risco COVID-19;
- 4 máquinas de PCR para efectuar sequenciação genómica foram instaladas em laboratórios nacionais;
- 93 escolas foram equipadas com pontos de lavagem das mãos que beneficiaram 25.439 crianças e foram distribuídos 7.500 kits de higiene para regressar em segurança à escola;
- 321 funcionários da educação em todo o país receberam formação sobre medidas de prevenção e manutenção de dispositivos de lavagem de mãos;
- Redução da incidência da malária, particularmente em Príncipe e no distrito de Lembá, onde a incidência passou de 21/1000 em 2020 para 3/1000 habitantes em 2021;
- 7500 crianças receberam kits escolares (mochila, caixa de lápis, bloco de notas, etc.);
- 995 rádios solares foram distribuídos a famílias vulneráveis para permitir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem durante o encerramento da COVID;
- 96 % da cobertura vacinal de DTPHib-Heb3 alcançada;
- 21 668 beneficiários do sistema de protecção social "Cadastro Social" foram registados;
- 38 instalações de saúde (100%) apoiadas para oferecer serviços de planeamento familiar, incluindo métodos contraceptivos de acção prolongada;
- 3 armazéns e escritórios PNASE localizados nos distritos de Cantagalo, Cauê e Lembá foram reconvertidos;
- 3 hortas escolares comunitárias foram activadas nos distritos de Cauê e Lembá.

Aumento do acesso das pessoas vulneráveis a programas coordenados de protecção social

Devido ao impacto devastador da pandemia da COVID sobre os mais vulneráveis, a ONU lançou o Programa Conjunto centrado na protecção social integrada, que reuniu a perícia da UNICEF, do PNUD e da OIT. Graças ao financiamento do Fundo Fiduciário do SDG que o Secretário-Geral da ONU criou em 2020, a ONU em São Tomé e Príncipe conseguiu mobilizar os recursos para lançar o programa conjunto no Registo Social, para coordenar melhor a troca de informações e a focalização através de vários programas sociais em curso.

O Registo Social - construído com base no programa do Banco Mundial para actualizar a base de dados de beneficiários de transferências monetárias - alcançou um marco importante no reforço do sistema de Protecção Social, promovendo uma coordenação intersectorial concreta e uma cobertura alargada dos programas de protecção social. Com o objectivo de aumentar o número de famílias vulneráveis cobertas por programas de protecção social, foi estabelecido um Registo Social, fornecendo dados fiáveis sobre critérios-chave de vulnerabilidade da população mais vulnerável de cada comunidade. O registo social está ligado à monitorização individual da saúde e gestão de casos e assegura que os beneficiários dos programas de transferência social possam ser incluídos em programas de educação parental e envolvimento dos jovens no sector social. O registo social é preenchido com dados dos distritos graças ao comité técnico local que identifica as pessoas vulneráveis e os agregados familiares.

O sistema está previsto incluir o número único de Identificação Social e será actualizado, cruzando os dados com outros programas sociais.

Durante a COVID, o Registo Social foi utilizado pelo Governo para seleccionar beneficiários para a intervenção de emergência de transferência de dinheiro, com base em critérios de vulnerabilidade.

Como resultado, actualmente, 57% das famílias registadas têm acesso à expansão do programa de transferência de dinheiro ao abrigo do Programa de Resposta a Emergências Sociais.

Com o objectivo de aumentar a cobertura dos serviços essenciais de saúde, o programa conjunto implementou uma iniciativa piloto sobre a cobertura universal da saúde para recolher provas e dados para informar orientações estratégicas para a nova política nacional de saúde, incluindo a mudança de paradigma para o financiamento da saúde, que visa promover a colaboração e coordenação entre o sector da saúde e a segurança social nacional, através da interligação do Registo Social e do registo único para utilizadores instalado na plataforma de rastreio do Sistema Distrital de Informação de Saúde (DHIS2). Actualmente, os dados do Registo Social foram introduzidos no DHIS2 para 4 distritos, sendo agora possível monitorizar o estado de saúde e o acesso aos serviços básicos de saúde das famílias vulneráveis (21.668 beneficiários).

Em relação ao compromisso do Programa Conjunto de aumentar a taxa de matrículas no ensino pré-primário de crianças de famílias vulneráveis inscritas no Registo Social, as sessões de sensibilização fornecidas pelo Programa de Educação Parental tiveram início em 2021 e mais de 50% dos beneficiários da transferência de dinheiro da família receberam sessões sobre práticas parentais positivas por parte de trabalhadores qualificados da linha da frente. Além disso, 7000 kits escolares foram entregues a crianças e 5.000 crianças em idade escolar receberam assistência alimentar de emergência na modalidade de rações para levar para casa (cestos de alimentos).





2.3 - Boa Governação

Em termos de governação, a ONU centrou as suas actividades de desenvolvimento de capacidades na transparência e no sector da justiça.

Em colaboração com o Ministério das Finanças, 40 técnicos e outros agentes ligados ao sistema nacional de contabilidade pública receberam formação na implementação da normalização das técnicas contabilísticas no Governo, seguindo as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público. Além disso, a ONU também trabalhou no processo de modernização e digitalização da administração pública e no gabinete dos Auditores Parlamentares e Agentes das Finanças Públicas.

A ONU também apoiou a modernização do sistema judicial, um dos seus programas emblemáticos, com o objectivo de tornar a justiça acessível a todos. Neste sentido, a ONU reabilitou alguns tribunais e equipou o Governo, académicos, parceiros sociais e órgãos de justiça com um Compêndio de Direito do Trabalho e legislação conexas. Para além disso, a ONU apoiou o país com a descentralização dos serviços judiciais e a contínua transformação digital do sector. Através da perícia mobilizada pelo PNUD, iniciou-se o processo de engenharia do primeiro Centro de Dados do Governo de São Tomé e Príncipe e de concepção do Quadro Nacional de Interoperabilidade.

O trabalho inovador no âmbito do programa de modernização da justiça, incluiu a intensificação da luta contra a violência baseada no género e crimes sexuais. O programa estabeleceu parcerias com as principais universidades portuguesas para formar médicos, enfermeiros, procuradores e polícia judiciária na recolha e análise de provas em casos de violência sexual, especialmente contra crianças. O apoio das Nações Unidas no domínio da justiça incluiu o apoio às infra-estruturas, uma vez que as novas casas do tribunal nos 2 distritos estão a ser reabilitadas (Caué e o Tribunal da Ilha do Príncipe). Além disso, está a ser implementado o primeiro centro de arbitragem nacional do país (reabilitação de edifícios, formação de árbitros, aquisição de equipamento informático e mobiliário), que se concentrará em disputas legais e comerciais, e atenuará os riscos de execução de contratos e melhorará o ambiente empresarial global.

Em parceria com a Universidade de Coimbra em Portugal, a ONU apoiou o Governo, no desenvolvimento de capacidades, fornecendo o primeiro curso de formação em Medicina Legal - Avaliação Legal de Crimes Perpetrados contra Crianças e Adolescentes.

Em parceria com a Universidade de Coimbra em Portugal, a ONU apoiou o Governo, no desenvolvimento de capacidades, fornecendo o primeiro curso de formação em Medicina Legal - Avaliação Legal de Crimes Perpetrados contra Crianças e Adolescentes.

Além disso, a ONU concentrou-se no reforço da capacidade dos parceiros sociais, na área do diálogo social. Mais especificamente, apoiou o país na sensibilização e competências específicas dos Membros das Comissões Permanentes Especializadas, da Rede de Mulheres Parlamentares, da Rede de Jovens Parlamentares e do Pessoal Parlamentar na área da orçamentação sensível ao género, a fim de lhes permitir desempenhar melhor a função de supervisão do orçamento legislativo.

A ONU também ajudou o processo eleitoral presidencial a fim de mitigar potenciais conflitos políticos. Isto envolveu a elaboração de um código de conduta e ética assinado por todos os partidos políticos e candidatos presidenciais, declarando que o candidato derrotado aceitaria os resultados sem protestar e evitaria um resultado contestado. Além disso, a ONU apoiou através de formações de alto nível sobre o processo eleitoral, incluindo a formação de jornalistas, com ênfase no género e na juventude.

Em matéria de igualdade de género, as agências das Nações Unidas continuaram a defender e a realizar fortes intervenções de comunicação, entre outras, para o programa de acção da ICPD. Foi preparado e aprovado um orçamento sensível ao género no sector da água e saneamento para o orçamento estatal de 2022. Além disso, a ONU realizou um programa de advocacia para a adopção e implementação da lei da paridade, levado a cabo pela Rede de Mulheres Parlamentares em parceria com a Associação de Mulheres Advogadas, Instituto para a Promoção da Igualdade de Género e Membros da Assembleia Nacional. A ONU participou activamente em actividades de advocacia promovendo a unidade entre as mulheres dos partidos políticos para a aprovação de uma Lei de Paridade de Género em 2022 que prevê a participação de 40% de mulheres na vida política.

A ONU também apoiou o reforço da capacidade das instituições nacionais para produzir, analisar e gerir dados socioeconómicos e demográficos, desagregados por idade, sexo, para a tomada de decisões e planeamento do desenvolvimento. O Instituto Nacional de Estatística foi apoiado na recolha e processamento de dados de indicadores SDG, Inquéritos de Indicadores Múltiplos (MICS) e outros inquéritos estatísticos.

Modernização do Sistema de Justiça

A ONU, através do PNUD está a trabalhar em estreita colaboração com as Autoridades Nacionais na digitalização do Sistema de Justiça com o objectivo de reforçar a capacidade do sistema de justiça para responder atempadamente, adequadamente e com qualidade às exigências dos que procuram justiça.

Principais realizações nesta área em 2021:

- Criação do Centro de Dados do Governo (infra-estrutura física remodelada e equipada com os sistemas de segurança mais modernos. A infra-estrutura tecnológica já foi adquirida e começará a ser instalada em Abril de 2022.
- Concepção do Quadro Nacional de Interoperabilidade e dos requisitos da Plataforma de Interoperabilidade. Isto permitirá que todo o software / programas desenvolvidos interoperem, reduzindo os elevados custos operacionais.
- A análise funcional do sistema judicial, policial e prisional - que está a ser preparada pela Universidade das Nações Unidas, permitirá a identificação dos melhores indicadores de desempenho para o desenvolvimento, implementação e produção do Sistema de Gestão de Casos.
- Em matéria penal - Sistema de Gestão de Casos. A análise funcional realizada pela Universidade das Nações Unidas teve início em meados de 2021 e será concluída durante o mês de Abril de 2022.
- Sistema de Gestão de Procedimentos - Os Termos de Referência estão a ser redigidos. Permitirá a desmaterialização / digitalização de todo o fluxo do processo. Esta informatização dos processos e respectiva desmaterialização irá permitir um acesso mais rápido, mais transparência e responsabilidade. Espera-se que o lançamento do concurso tenha lugar até ao final de Junho.



19

Profissionais de saúde e justiça formados em avaliação forense e médico-legal de crimes perpetrados contra crianças e adolescentes - "Abuso Sexual".



500

As contas de correio electrónico institucionais foram adquiridas em 2021 para permitir que o intercâmbio de informações entre instituições do Estado ocorra de forma fiável e institucional



40

Técnicos do Ministério de Agentes financeiros e outros agentes ligados ao sistema nacional de contabilidade pública formados na implementação de técnicas de normalização contabilística nas Administrações Públicas



30

Jornalistas e pessoal da comunicação social em formação de relatórios eleitorais



2.4 - Crescimento económico e resiliência

Em 2021, o trabalho da ONU na área do crescimento económico e da resiliência em São Tomé e Príncipe centrou-se no reforço das capacidades institucionais para um crescimento económico mais inclusivo e gerador de emprego. A este respeito, o país beneficiou do apoio da ONU para desenvolver um Quadro Nacional de Investimento para a transição para o Económico- my, uma proposta para um Observatório da Economia Azul e uma Plataforma Técnica Intersectorial. O apoio à transformação inclusiva rumo à Economia Azul faz parte da implementação da Estratégia Nacional - gy para a Economia Azul adoptada em 2020. Além disso, a ONU apoiou a preparação de estudos sobre as cadeias de valor dos produtos da pesca, com vista ao desenvolvimento sustentável da pesca e da aquacultura. Este estudo em curso produzirá dados que apoiarão a tomada de decisões neste sector, com elevado potencial para contribuir para o crescimento económico nacional, a criação de emprego e a segurança alimentar e nutricional. A capacitação contínua dos agricultores em tecnologia de irrigação - gies, ferramentas escolares de campo e utilização de base de dados de horticultura e em boas práticas nutricionais - visa aumentar a diversificação agrícola.

Além disso, com o apoio da ONU, o país fez progressos consideráveis no desenvolvimento de um sistema de Medição, Relatório e Verificação (MRV) para a acção contra as alterações climáticas, através do envolvimento de peritos nacionais e internacionais. A plataforma MRV a ser utilizada pelo País na monitorização das suas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC). O país elaborou um plano NDC actualizado que foi submetido ao secretariado da Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas em Julho de 2021. O sistema MRV permitirá um acompanhamento adequado dos resultados e actividades de todas as acções climáticas no país, sendo a base para os objectivos e compromissos climáticos globais e nacionais de informação. Além disso, o Sistema Nacional de Monitorização Florestal (NFMS) está em processo de operacionalização e já migrou e está disponível na Nuvem nacional. Três comunidades no distrito de Cantagalo estão envolvidas no projecto e diversificaram as suas receitas, beneficiando de apoio técnico e formação no processo - o processo de produção de produtos florestais não lenhosos, tais como mel de alta qualidade.

Além disso, com o apoio das Nações Unidas, foi desenvolvido e partilhado com as partes interessadas nacionais o plano de financiamento sustentável para as áreas protegidas e a biodiversidade que apoiará a criação de um Fundo Fiduciário para a Conservação da Biodiversidade em São Tomé e Príncipe a partir de 2022.

Além disso, foi desenvolvida e lançada no Dia Mundial do Ambiente de 2021 uma Estratégia de Comunicação para a Gestão Sustentável dos Ecossistemas Florestais "Non Sa Obo".

Assim, o trabalho das Nações Unidas na transformação e inclusão económica centrou-se no apoio ao Governo no desenvolvimento do sector





privado, especialmente para pequenas e médias empresas (PMEs) e na criação de oportunidades de emprego para pessoas com mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, na sua maioria mulheres e jovens. A este respeito, uma nova abordagem ao desenvolvimento do sector privado foi empreendida com grande sucesso em 2020-2021, centrada no apoio financeiro e técnico às empresas formais e informais negativamente afectada pela pandemia da COVID, o que levou a resultados visíveis:

Mais de 2 250 pessoas, na sua maioria jovens empresários, e mulheres de negócios candidataram-se a esta facilidade. Destes, 99 projectos foram seleccionados para financiamento (66 Promotoras; 33 Promotoras Masculinas), 391 empresários beneficiaram de formação e tutoria que criaram cerca de 140 novos empregos. Além disso, 26 empresas do sector agro-industrial, beneficiaram de apoio personalizado para aumentar a sua competitividade que inclui: melhoria das técnicas de produção, formação e serviços de marketing e vendas, certificação orgânica e outra certificação, colaboração para exportação e apoio jurídico. Além disso, com o apoio da ONU, o ecossistema empresarial foi reforçado através da criação da Rede Nacional de Incubadoras e Aceleradoras de Empresas (REINA), que irá operar numa casa colonial em reabilitação.

O sector agro-industrial também beneficiou da ONU através do desenvolvimento em curso do Portal dos Exportadores para facilitar o acesso aos procedimentos de exportação no sector e para racionalizar. O projecto COMPRAN lançado em 2020 centra-se na produtividade agrícola,

comercialização de produtos agrícolas e nutrição. Em 2021, iniciou investimentos para a melhoria dos sistemas de produção agrícola nos distritos de Me-zochi, Lobata, Cantagalo, Caue, Lemba e Ilha do Príncipe. 181 famílias, das quais 81 são chefiadas por mulheres, beneficiaram de intervenções específicas em termos de educação nutricional e formação técnica através de 7 escolas de agricultores que foram criadas para promover práticas agrícolas inovadoras, adaptadas à agricultura sensível ao clima e ao ambiente, incluindo o controlo biológico das pragas das culturas.

Com o apoio da ONU, foi possível criar um sistema de recolha de dados e gestão de informação para o Ministério da Agricultura através do qual foi possível recolher dados sobre a produção agrícola e sobre os pequenos agricultores de todo o país. Foi realizada uma avaliação agrícola e um diagnóstico territorial, cujos resultados servirão para informar as políticas e estratégias nacionais na agricultura e na produção local.

Em termos de gestão da água, a ONU apoiou o quadro regulamentar e a criação de uma nova entidade: o Instituto Nacional de Gestão da Água, que será responsável pela gestão da água a partir de 2022. Em 2021, os parceiros nacionais e as instituições de gestão da água concluíram e aprovaram os planos de gestão integrada das bacias hidrográficas (IWMP) para os rios Abade, Banzu e Papagaio, enquanto o IWMP para os rios Io Grande e Manuel Jorge está em curso com data de conclusão prevista para Fevereiro de 2022. Com os IWMPs elaborados, a sua implementação irá reduzir a erosão e degradação do solo, aumentar a produtividade agrícola, melhorar a irrigação,

beneficiando os agricultores e todas as comunidades locais próximas desses rios.

Na área da energia, a ONU apoiou o Governo com o desenvolvimento de um sólido sistema legal e quadro regulamentar para o sector energético do país que será essencial para a atracção de investimento para apoiar o processo de transição energética. A fim de melhorar a matriz energética, fortemente dependente da geração de combustíveis fósseis, a ONU, em parceria com a AfDB, está a construir em Santo Amaro a primeira central solar do país. Esta central fotovoltaica de 2,2 Megawatt irá, a partir de 2022, hibridizar a central eléctrica existente alimentada a diesel, produzindo poupanças consideráveis ao reduzir a quantidade de diesel. Outra iniciativa solar irá instalar um sistema solar no telhado para beneficiar os edifícios do complexo do Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, como parte das soluções adoptadas para alcançar o acesso universal a energia limpa e sustentável para o país.

A ONU também prestou apoio no desenvolvimento da capacidade das instituições públicas através do desenvolvimento do Plano Nacional de Formação para a transição energética. O Plano Nacional de Formação é um elemento chave no aumento das capacidades do país para assegurar uma transição plena, rápida e robusta para as energias renováveis. O plano visa o pessoal técnico e os decisores de todas as instituições identificadas para terem um envolvimento no processo de transição de energia. A implementação de alguns módulos de formação deste plano terá início em 2022 e o governo deverá mobilizar recursos para a sua completa implementação.

Além disso, a ONU apoiou a Ilha de Príncipe no processo de planeamento para melhorar a capacidade de produção de electricidade para cobrir 80% da sua procura de electricidade com energia hidroeléctrica, uma fonte de energia sustentável, completando a avaliação do impacto sócio-económico da micro central hidroeléctrica de Príncipe (Rio Papagaio) e completando os documentos do concurso para contratar a empresa que irá realizar a reabilitação das infra-estruturas.



Apoio no empoderamento de mulheres vulneráveis no contexto da COVID

O Programa Conjunto da OIT, UNICEF e PNUD - Women Economic Empowerment project, financiado pelo Multi-Partner Trust Fund, contribuiu significativamente para os esforços do Governo no sentido de abordar questões estruturais de género, que foram exacerbadas com o contexto desafiante da COVID. As mulheres entre os 18 e 45 anos de idade, que queriam criar ou melhorar o seu negócio (formal ou informal), beneficiaram do programa. Como resultado, mais de 239 mulheres receberam formação e tiveram a sua capacidade técnica reforçada em ferramentas básicas de acesso ao financiamento para o desenvolvimento de micro e pequenas empresas. Além disso, foi concebida e validada pelo Ministério do Trabalho uma plataforma digital para os serviços públicos de emprego.

A plataforma forneceu uma ferramenta para melhorar o acesso das mulheres a ofertas de trabalho decente, oportunidades de negócio e outras actividades geradoras de rendimentos e mais de 25 mulheres vulneráveis em busca de novos empregos e oportunidades de empreendedorismo formadas e encorajadas a utilizar e dominar o conteúdo da ferramenta/plataforma digital, para assegurar o domínio e a propriedade da plataforma por mulheres que procuram emprego ou que pretendem abrir um novo negócio.







99 out of 2250

Projectos foram seleccionados para financiamento do Empreendedorismo (66 Mulheres; 33 Homens)



391

Empresários beneficiados de formação e tutoria que criaram cerca de 140 novos empregos



520

Famílias vulneráveis tiveram assistência na produção dos seus próprios alimentos



2

Distritos desenvolveram as Hortas Escolares Comunitárias



5000

Crianças vulneráveis assistidas através de rações alternativas para levar para casa



5000

Kits de higiene distribuídos para crianças escolares vulneráveis durante o auge da pandemia



3400

Alunos inscritos em 99 aulas de empreendedorismo em 15 escolas secundárias, das quais 52% são raparigas



346

Estudantes concluíram com sucesso o curso ECP completo em 2021 e receberam o certificado do MESS, dos quais 61% eram raparigas



Sistema de gestão de informação e recolha de dados sobre as necessidades de produção e capacidade dos pequenos agricultores criado para o Ministério da Agricultura



2

Estudos realizados sobre produção agrícola e diagnóstico territorial

2.5 - Lições aprendidas

Algumas importantes lições aprendidas podem ser extraídas da programação da ONU em 2021. Aqui estão algumas:

Ser impulsionado por provas:

O reforço da monitorização e avaliação é fundamental para o planeamento, a priorização dos investimentos e a tomada de decisões. As actividades de 2021 do Quadro de Cooperação apoiaram o reforço dos sistemas de dados administrativos, o que permitiu dispor de dados para a tomada de decisões, para ajudar a manter os esforços sobre os indicadores que registaram progressos e para acumular esforços onde houve poucos progressos. A ONU prestou apoio ao Governo na recolha, análise e divulgação de informação de rotina sobre saúde (DHIS2) e protecção infantil para fins de planeamento. O Registo Social "Cadastro Social Único" também constituiu um marco importante, uma vez que apoia os fluxos de informação sobre indivíduos e agregados familiares e as suas condições socioeconómicas para determinar a elegibilidade potencial para programas sociais de planeamento, orçamentação e implementação de políticas.

Para além dos dados administrativos, as avaliações permitem identificar abordagens eficazes para apoiar os decisores políticos a dar prioridade aos investimentos no que funciona. A obtenção e análise de dados correctos, consistentes e completos provou também ser fundamental para um planeamento adequado. Nesse sentido, foi também prestado apoio técnico da ONU para discutir e validar dados MICS6 e para desenvolver a Avaliação de Impacto Socioeconómico (SEIA) e o Plano de Resposta Socioeconómica (SERP) da ONU à COVID-19, para responder às necessidades identificadas através do estabelecimento de um sistema de protecção social reactivo e escalável. Em 2020, a ONU apoiou o governo na realização de um Estudo Epidemiológico da Transmissão do VIH, cujos resultados foram utilizados em 2021 para actualizar as políticas e directrizes sobre a transmissão mãe-filho (PMTCT). A actualização das directrizes, baseada em provas fiáveis, conduziu a processos melhorados e harmonizados que contribuíram para atingir a meta de 0 transmissão vertical em 2021.



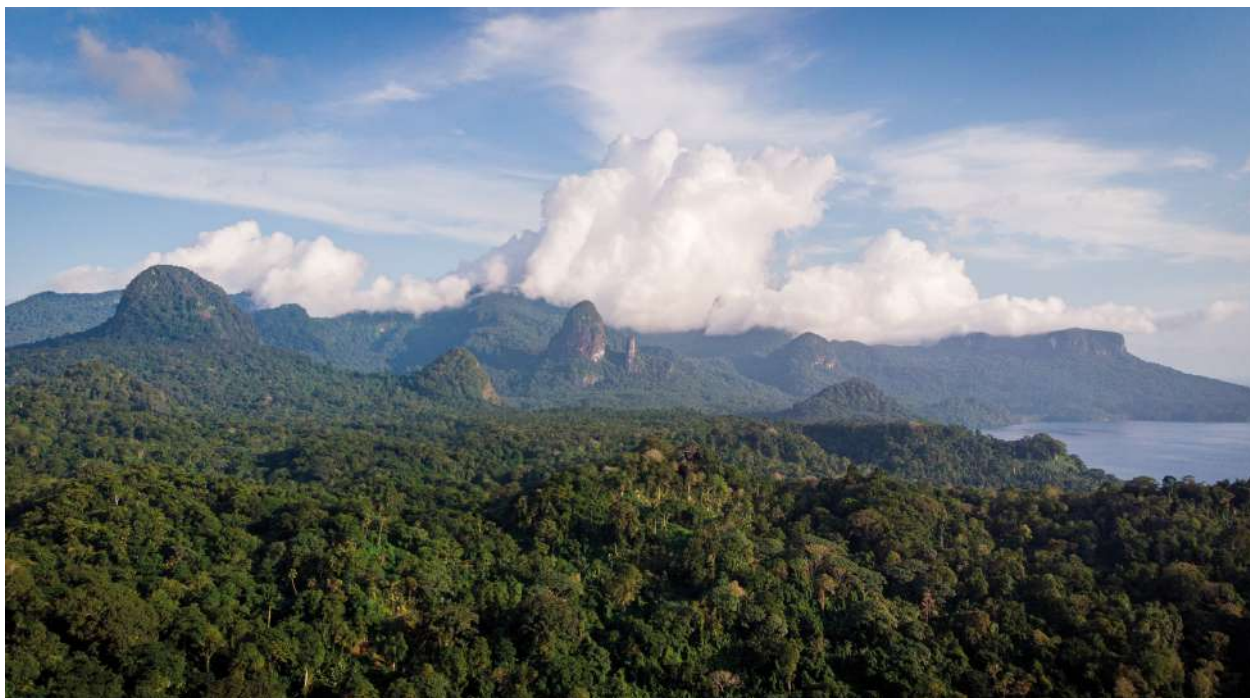
Revisão sistemática do processo de planeamento

Uma abordagem mais sistemática para a realização de reuniões trimestrais de análise de dados para informar sobre o processo de planeamento e para assegurar que as contrapartes institucionais e os parceiros discutam conjuntamente as provas, os recursos e os resultados passados, seria útil para monitorização e desempenho. O planeamento deve ser um processo e um ciclo. Reuniões de revisão trimestrais bem preparadas poderiam ser uma oportunidade para compreender os dados e identificar atempadamente lacunas e estrangulamentos, desigualdades, necessidades específicas e prioridades. A ONU deverá investir mais esforços para assegurar que as intervenções de planeamento conjuntas sejam integradas nos planos nacionais sectoriais e tenham em conta um quadro de monitorização para rever regularmente os resultados e ajustar o plano, se necessário, e assegurar que os recursos limitados sejam atribuídos às prioridades certas.

Compreensão das normas e práticas socioculturais

Compreender as normas sociais e as culturas locais é primordial para intervir eficazmente no acesso e na aceitabilidade dos serviços sociais básicos. Esta tem sido uma lição aprendida ao abordar a Defecação Aberta (45,5% MICS 2019), a desnutrição (anemia) e a saúde mental (abuso de álcool). A adaptação da comunicação ao contexto social e cultural é uma obrigação, e as rádios comunitárias provaram ser um instrumento útil para chegar às populações rurais, assim como para comunicar nas línguas locais.

CAPÍTULO 3: Trabalho conjunto de apoio à realização dos ODS e a avaliação



Para fazer face aos impactos adversos da pandemia de Covid-19 e para capitalizar ainda mais as actividades implementadas pelas agências em 2021, o sistema da ONU apoiou o governo na preparação do Plano Nacional de Resiliência Sócio-Económica e Mitigação contra a Covid-19, como instrumento de governação essencial para informar as opções políticas a adoptar para enfrentar a crise e orientar as medidas públicas para a recuperação económica, alinhando as acções de reforma destinadas a reduzir a vulnerabilidade a choques futuros, superando as graves desigualdades expostas pela pandemia, prevenir os riscos e manter a realização do SGD no bom caminho.

Este plano identifica o conjunto de medidas a implementar nos próximos dois anos, visando a protecção dos sistemas de saúde e a contenção imediata do vírus, a protecção das pessoas e a melhoria do acesso equitativo à protecção social e aos serviços básicos, a protecção do emprego, das micro, pequenas e médias empresas (MPME) e dos actores informais mais vulneráveis através da recuperação económica, assegurar que as políticas fiscais e financeiras façam o quadro macroeconómico funcionar para os grupos mais

vulneráveis e reforçar as respostas multilaterais e regionais e a mobilização de recursos para o desenvolvimento, e promover a coesão social e criar confiança através do diálogo social e do envolvimento político e investir na resiliência e em sistemas de resposta liderados pela comunidade.

Por outro lado, a produção de dados, particularmente para acompanhar a implementação da Agenda 2030, foi identificada como um desafio histórico no STP devido a constrangimentos técnicos e financeiros. A medição dos indicadores dos 17 ODS está agrupada, a nível de país, de acordo com os três níveis de avaliação definidos pelo grupo de peritos em indicadores dos ODS das Nações Unidas:

Nível I: Indicadores que têm uma metodologia e que estão totalmente disponíveis.

Nível II: Indicadores que não têm uma metodologia clara e que estão parcialmente disponíveis

Nível III: Indicadores que não têm uma metodologia definida e não estão disponíveis.



Um diagnóstico dos indicadores nacionais em 2018 permitiu ao Instituto Nacional de Estatística (INE) recolher dados em vários sectores, e dos 239 indicadores globais dos ODS, 115 puderam ser medidos. Em 2019, alguns indicadores foram actualizados utilizando informação do Inquérito aos Agregados de Indicadores Múltiplos 2019 (MICS 6), do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2017 e utilizando dados administrativos produzidos pelo INE e algumas instituições sectoriais. Isto levou à produção de dados de 139 indicadores mensuráveis, dos quais 77 eram de nível I e 62 de nível II, e à geração de dois relatórios estatísticos sobre o desempenho do país em relação aos indicadores dos ODS, um em 2020 e outro em 2021, ambos com o apoio técnico e financeiro da ONU.

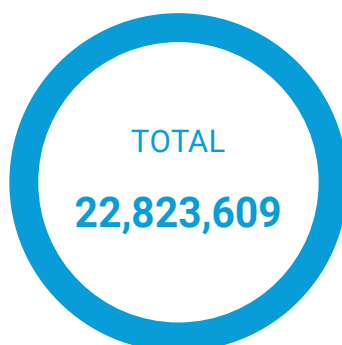
Antes de 2020 não havia relatórios regulares sobre o desempenho do país em relação aos ODS, mas desde esse ano, com o apoio da ONU, a Direcção Nacional de Planeamento tem vindo a desenvolver um portal e um painel de controlo dos ODS como instrumento de monitorização e transparência dos ODS, o que tornou os dados acessíveis ao público em geral desde 2021. Este portal será 100% gerido pelo pessoal técnico da direcção, cuja formação está em curso e o lançamento oficial está previsto para 2022.

CAPÍTULO 4: Panorama financeiro

Desembolso dos programas da ONU por áreas temáticas



MONTANTE GASTO EM 2021 (USD)



Desembolso da ONU por agência (apenas recursos programáticos)

Agência	Montante gasto em 2021 (USD)
PNUD	7,117,317
OMS	5,519,111
FAO	2,833,894
UNICEF	2,603,855
FIDA	1,544,295
OIT	899,668
UN HABITAT	881,337
UNFPA	743,589
PAM	680,544
	22,823,609

Fontes de financiamento para a ONU em São Tomé e Príncipe em 2021

Recursos mobilizados	Montante total (USD)
Recursos temáticos de nível regional ou da sede	5,300,843
Recursos essenciais das agências da ONU	4,634,037
Fundo para o Ambiente Mundial (GEF)	3,857,000
Empresas do sector privado	924,734
Banco Mundial	853,203
Fundo ODS do Secretariado da ONU	832,647
Fundo Global para a SIDA, Tuberculose e Paludismo	787,747
São Tomé e Príncipe (Partilha de Custos do Governo)	786,212
Banco Africano de Desenvolvimento	685,849
Alemanha	531,687
Fundo de Estímulo Rural	444,295
Reino Unido	359,347
EUA	325,381
Fundações (Fundo da Fundação Chellaram, Bloomberg, Rotary International)	313,021
União Europeia	290,924
Coreia	256,834
Parceria Global para a Educação	177,329
Canadá	114,720
Áustria	100,000
Dinamarca	100,000
Azerbaijão	99,089
Universidades (Universidade da Califórnia e Universidade de Edimburgo)	88,396
Índia	50,910
Austrália	39,000
Japão	15,543
Portugal	15,400
Suécia	6,678
Total	22,823,609

CAPÍTULO 5: *Perspectivas de actividades da ONU para 2022*

Devido à pandemia da COVID, o Quadro de Cooperação entre o Sistema das Nações Unidas e a República de São Tomé e Príncipe foi prorrogado por um ano, até 2022. Um novo quadro de cooperação será desenvolvido durante 2022 que abrangerá as actividades da ONU para os próximos 5 anos, de 2023 a 2027. Este novo quadro de cooperação terá um enfoque especial nas pessoas vulneráveis que estão em risco de ficarem para trás nos ganhos de desenvolvimento, mas também nas áreas prioritárias identificadas pelo Governo para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

São Tomé e Príncipe deverá apresentar o seu primeiro Relatório Nacional Voluntário sobre a implementação dos ODS ao painel de alto nível do ECOSOC, em Nova Iorque, em Julho de 2022. A ONU apoiará este processo com conhecimentos especializados e a facilitação de consultas com os vários parceiros do Governo, da sociedade civil e do sector privado, e mais importante ainda, com grupos vulneráveis específicos. O Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS será a referência sobre os progressos realizados desde que os ODS foram adoptados e emitirá uma série de recomendações políticas para melhor planear, financiar e monitorizar a implementação dos objectivos prioritários dos ODS estabelecidos pelo Governo. Isto também informará o novo Quadro de Cooperação da ONU.

A ONU visa igualmente apoiar o reforço da coordenação entre os parceiros técnicos e financeiros e o Governo, em particular para os sectores agrícola, energético e social.

Isto ajudará a priorizar os programas de apoio e permitirá um melhor acompanhamento por parte do Governo dos programas de desenvolvimento em curso.

A pedido do Governo, a ONU também apoiará o processo de tomada de decisão para a "gradação" de São Tomé e Príncipe do grupo dos Países Menos Desenvolvidos para os países de rendimento médio. Um processo que é supervisionado pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais do Secretariado da ONU e as decisões finais são adoptadas pela Assembleia Geral da ONU, com base num conjunto de critérios e limiares que o país deve cumprir em pelo menos 2 revisões trienais consecutivas, o que tem sido o caso de São Tomé e Príncipe. Na sequência da adopção da lei revista dos partidos políticos, as próximas eleições legislativas, locais e regionais terão de implementar uma quota de 30% para as mulheres, a fim de permitir uma maior igualdade de género e o empoderamento das mulheres. A ONU continuará a apoiar a participação política das mulheres e a trabalhar em estreita colaboração com o Governo e parceiros da sociedade civil para defender um papel mais forte das mulheres na política, incluindo a lei da paridade para homens e mulheres. A realização pacífica de eleições transparentes e livres permitirá ao país consolidar ainda mais a democracia e ser um modelo na região.





Lista de Acrónimos

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

COMPRAN - Projecto sobre Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição

COVID - Doença de Coronavírus

STLC - Saneamento Total Liderado pela Comunidade

DHIS - Software de Informação Sanitária Distrital

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

GAVI - Aliança Global para a Vacinação e Imunização

HPV - Vírus do Papiloma Humano

ICPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento

INE - Instituto Nacional de Estatística

IWMP - Programa de Gestão Integrada da Água

FMI - Fundo Monetário Internacional

MICS - Inquéritos de Indicadores Múltiplos Cluster

MPTF - Fundo Fiduciário Multi-Parceiros

MRV - Medição, Relatório, Verificação

NDC - Contribuições determinadas a nível nacional

OHCHR - Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAM - Programa Alimentar Mundial

PFNM - Produtos florestais não madeireiros

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RCO - Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

RNB - Rendimento Nacional Bruto

SDG - Objectivo de Desenvolvimento Sustentável

SERP - Plano de Resposta Sócio-Económica da COVID-19 das Nações Unidas

SIDA - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

SINMF - Sistema Nacional de Monitorização Florestal

UNCT - Equipa do país das Nações Unidas

UNDAF - Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNFPA - Fundo das Nações Unidas para a População

UN-Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

UNICEF - Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNSDCF - Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

UNV - Programa de Voluntários das Nações Unidas

VIH - Vírus da Imunodeficiência Humana

WASH - Água, Saneamento e Higiene





NAÇÕES UNIDAS
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



Avenida das Nações Unidas
CP. - 109

✉ rco.stp@un.org

☎ +239 2221122

🌐 www.saotomeeprincipe.un.org

🐦 @onu_stp

📘 @onustp